

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Comissões
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/3/2025

Às 10h12min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier, Eduardo Azevedo e Caporezzo (substituindo o deputado Bruno Engler, por indicação da liderança da bancada do PL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Arthur Souza de Alencar, recebido pelo Fale com as Comissões. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 6/5/2023); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 22/9/2023 e um ofício em 31/1/2025); da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais (um ofício em 10/11/2023); da Polícia Militar de Minas Gerais (dois ofícios em 13/9/2024 e dois ofícios em 10/1/2025); da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (um ofício em 31/1/2025); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 10/1/2025); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 24/1/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 31/1/2025); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 17/1/2025); e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (um ofício em 31/1/2025). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 249/2023 é retirado de pauta por ter sido apreciado em reunião anterior. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 10.420 a 10.423 e 10.483/2025 são retirados de pauta por terem sido apreciados em reunião anterior. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Eduardo Azevedo e a saída do deputado Caporezzo. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.997/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao Presídio Antônio Dutra Ladeira, no Município de Ribeirão das Neves, para verificar *in loco* as condições carcerárias da unidade, em especial o efetivo existente, a carga horária de trabalho, a alimentação fornecida aos servidores, as guaritas e os alojamentos;

nº 13.002/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com o chefe de departamento Reinaldo Felício Lima; o delegado regional de Contagem Wesley Geraldo Campos; o delegado titular da 2ª

Delegacia de Contagem Marcus Vinicius Gontijo Monteiro; o inspetor-adjunto Felipe Alves de Araújo; o inspetor da regional de Contagem Fábio de Freitas Oliveira; o subinspetor da 2ª Delegacia de Contagem Ivan Guilherme Marques da Silva; os investigadores Fernando Henrique, Welligton Paiva, André Reis, Guilherme Ferreira, Ricardo Cavaca, Soraia Guebls, Osiel Monteiro e Cristiane Bansemer; os escrivães de polícia Daniel Pena e Simone Gonçalves; os servidores administrativos Luiz Heleno, Margareth Matos e Vinicius da Paz; e, pela 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Contagem, o inspetor Fábio e os investigadores Wesley Xavier, Emanuel Bomfim e Luiz Carlos, pelo cumprimento de prisões, no dia 12/3/2025, em Contagem, de indivíduos investigados por compor uma associação criminosa responsável por realizar diversos furtos a residências nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em que as vítimas eram chineses;

nº 13.003/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sd. PM Matheus de Souza Ribeiro, da 131ª Companhia do 18º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, ocorrido em Contagem, em 24/3/2025, após queda durante tentativa de salvar autor de autoextermínio consumado no viaduto da Avenida das Américas sobre a Rodovia BR-040;

nº 13.004/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com o chefe do 14º Departamento de Polícia Civil de Minas Gerais Carlos Eduardo Santos Rodrigues (Masp 1.145.064-0); a delegada regional de Diamantina Ângela Fellet Miranda Chaves Rodrigues (Masp 1.145.045-9); a delegada titular Deise Maria Barral (Masp 1145044-2); a escrivã Charliane Pereira Ferreira (Masp.1111444-4); e os investigadores Pablo Douglas da Silveira (Masp 1255759-1), Wanderson Peterson Vitor dos Santos (Masp 667824-7) e Frank Delles Pereira (Masp 1257656-7), pela operação deflagrada em 21/2/2025, em Diamantina, quando foram presos um aliado do líder da facção Terceiro Comando Puro – TCP –, responsável por distribuição de drogas em grandes volumes a traficantes menores, e dois membros da mesma organização, responsáveis pelo varejo diário das drogas no Bairro Palha, em Diamantina;

nº 13.008/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com o chefe do 14º Departamento de Polícia Civil Carlos Eduardo Rodrigues, o delegado regional de Capelinha Felipe Pontual Meira Rosa, a delegada titular Junia Nara Rodrigues Rocha Sobral, o inspetor de polícia José Maria Monteiro, o subinspetor de polícia Rogério Barbosa, os investigadores de polícia Milton de Souza Freitas, Lisabell Figueiras Calhau, Lucas Paranhos Pêgo, Nádia Rodrigues Cordeiro, Valdinei Santos de Souza, Rozenir Moraes Silva e Bruno Cordeiro Campos, o perito criminal José Luiz Gonzaga Neto, a investigadora de polícia Samuely Alana Cordeiro Borges, o escrivão de polícia Pedro Cordeiro da Silva Neto, o delegado regional de Guanhanês Ulisses Dias, o investigador de polícia Maurinho Pereira da Silva, o médico-legista Silvio Tibo, o delegado titular Marceleandro Clementino da Silva, o investigador de polícia Geraldo Souto, Fernando Hermes Carneiro, o Sgt. PM Trindade, o Sgt. PM Fontes, o Sgt. PM Laurentino, o Sgt. PM Adailton, o Sgt. PM Godinho, o Sd. PM Duarte, o Sd. PM Queiroz, o Sd. PM Junio Lopes, o Sd. PM Martins e o Sd. PM Alisson pelos trabalhos realizados na investigação do desaparecimento de uma menina de 10 anos, em Água Boa, que foi assassinada e encontrada em São Pedro do Suaçuí;

nº 13.012/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, para debater as condições de trabalho no sistema prisional do Estado, abordando aspectos como higiene, insalubridade, infraestrutura das guaritas, alojamentos, refeitórios, banheiros, equipamentos de trabalho, efetivo e os investimentos realizados na área;

nº 13.014/2025, dos deputados Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Lincoln Drumond, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam realizadas medidas concretas e ações de inteligência para prevenir e combater a situação de insegurança pública na zona rural de Monte Belo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Christiano Xavier – Eduardo Azevedo.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/3/2025

Às 10h36min, comparecem à reunião a deputada Chiara Biondini e os deputados Zé Guilherme, Enes Cândido e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de um ofício da Fapemig, publicado no Diário Legislativo em 14/3/2025, e de dois e-mails do Sr. Augusto Farias da Cunha, encaminhado pelo Fale com as Comissões. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Regista-se a presença do deputado Hely Tarquínio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 916/2023, na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Zé Guilherme). Registra-se a saída do deputado Ulysses Gomes. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.465/2023 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Enes Cândido, em virtude de redistribuição); 1.589/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relatora: deputada Chiara Biondini); e 2.993/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 778/2023 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. É convertido em diligência, a requerimento do respectivo relator, o Projeto de Lei nº 1.337/2023 à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (relator: deputado Zé Guilherme). Registra-se a presença do deputado Antônio Carlos Arantes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Zé Guilherme, presidente – Chiara Biondini – Leonídio Bouças – Hely Tarquínio – Enes Cândido.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/3/2025

Às 13h41min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Adriano Alvarenga e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento do *e-mail* do Sr. Augusto Farias da Cunha, recebido por meio do Fale com as Comissões, sugerindo alterações na forma de pagamento com cartão de crédito. Comunica também o recebimento de correspondência da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Geraes – Asrae-MG – publicada no *Diário do Legislativo*, em 20/3/2025. Informa, ainda, recebimento de ofício do presidente da Assembleia Legislativa informando sobre a realização do novo ciclo do Assembleia Fiscaliza, com a promoção de duas ações institucionais – o Tema em Foco e a Prestação de Contas do Governo –, que ocorrerá no período de 2 a 13 de junho. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.188/2023, no 2º turno (Adriano Alvarenga), 2.713/2024, no 1º turno (Carol Caram), e 4.028/2022, no 2º turno (Charles Santos). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre

proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.430/2024 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Carol Caram, aprovado pela comissão. Entram no recinto os deputados Elismar Prado e Eduardo Azevedo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.732/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de planos ou projetos voltados para a desburocratização do processo de implementação de energia solar individual, especialmente no que depender da companhia, com o objetivo de facilitar o acesso e a adoção dessa tecnologia pelos consumidores;

nº 12.733/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de um processo de avaliação de desempenho dos servidores e possíveis terceirizados responsáveis pela realização das religações de energia e os critérios adotados para essa avaliação;

nº 12.734/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de um sistema de acompanhamento em tempo real para monitoramento de quedas de energia na rede de distribuição e os processos e planos de melhorias voltados para a manutenção e o suporte nesses casos;

nº 12.735/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os prazos para a troca de titularidade de contratos de fornecimento de energia elétrica e a existência de planos ou projetos voltados para melhoria na realização dessa medida e diminuição do prazo para sua efetivação;

nº 12.736/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a possibilidade de implementação de ações específicas para atender as comunidades rurais, garantindo o acesso facilitado aos serviços oferecidos, com foco na expansão da infraestrutura de distribuição de energia elétrica e melhoria no atendimento ao cliente nessas regiões;

nº 12.737/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prática abusiva de descontos indevidos realizados por associações de aposentados, mesmo sem a devida filiação dos beneficiários;

nº 12.861/2025, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Santana do Paraíso, para debater a prestação dos serviços ofertados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – no município;

nº 12.862/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a construção de 127 subestações de energia pela companhia, especificando-se quantas se destinam a interligar plantas de usinas fotovoltaicas; por que os investimentos referentes a essas obras beneficiaram empresas privadas em detrimento das iniciativas da própria Cemig para o setor; se a Cemig tem a relação dos empresários beneficiados e se existe outra empresa de energia no Brasil que investe em subestação para ligação fotovoltaica para empresas privadas; e por que os recursos utilizados na construção das mencionadas subestações não foram investidos na própria empresa;

nº 12.995/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater com convidados os prejuízos que os consumidores mineiros estão tendo diante da falta de pagamento por parte da empresa ViagensPromo a várias agências de turismo de Minas Gerais, o que tem ocasionado cancelamentos de pacotes de viagens e enorme transtorno financeiro ao setor;

nº 13.020/2025, dos deputados Charles Santos, Adriano Alvarenga, Elismar Prado e Eduardo Azevedo e da deputada Carol Caram, em que requerem seja realizada audiência pública em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa e Valorização da Vida para debater os impactos na saúde mental da população mineira decorrentes do uso de plataformas de apostas *on-line*.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente – Carol Caram – Eduardo Azevedo.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/3/2025

Às 16h13min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, as violações de direitos humanos contra a população em situação de rua e o descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal – ADPF 976 – que determina aos estados e municípios a execução imediata da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Elke Oliveira Houghton, coordenadora do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; Poliane Janine Riziane Alves de Oliveira, advogada e estudante; Alessandra Martins Cordeiro, coordenadora do Movimento Libertação Popular; Júnia Roman Carvalho, defensora pública especializada em direitos humanos, coletivos e socioambientais, da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Claudenice Rodrigues Lopes, coordenadora da Pastoral de Rua e Integrante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh; Cláudia do Amaral Xavier, promotora de justiça; e os Srs. Cristiano de Andrade, superintendente de Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a subsecretária de Direitos Humanos; Samuel Rodrigues, coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Luciano Sotero Santiago, promotor de justiça do Tribunal do Júri; Daniel Santos da Cruz, membro da Frente Popular em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua; Diego Fabiano Alves, delegado de polícia da Assessoria de Planejamento Institucional da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, representando a chefe da Polícia Civil; Maj. PM Antonio Hot Pereira de Faria, chefe da Seção de Direitos Humanos da Diretoria de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, representando o comandante-geral; André Luiz Freitas Dias, coordenador do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, plataforma de direitos humanos do programa Polos de Cidadania da UFMG; Fabiano da Silva Siqueira, da coordenação do Fórum Municipal de Trabalhadoras do Suas-BH; e Afonso Henrique de Miranda Teixeira, procurador de justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários da MPMG.

A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2025.

Bella Gonçalves, presidenta – Leleco Pimentel – Beatriz Cerqueira – Andréia de Jesus.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/3/2025

Às 10h2min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os impactos socioambientais do projeto de ferrovia para escoamento de minério de ferro do grupo Cedro Participações nos Municípios de Itaúna, Igarapé, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Ana Carolina Paiva de Carvalho, assessora de Planejamento de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra –, representando o secretário; Joana Moraes Niquini Lima, secretária da Associação Comunitária do Bairro Fernão Dias de Igarapé; Daniela da Silva Cordeiro, geóloga e moradora de Igarapé; Isabella Oliveira Lopes Rezende, moradora do Alto da Boa Vista, em Mateus Leme; e os Srs. Alexandro Moks do Carmo, secretário de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Itaúna, representando o prefeito; Willian Lima de Souza, cacique da aldeia Naô Xohã de São Joaquim de Bicas; Arnaldo de Oliveira Chaves, prefeito municipal de Igarapé; Fernando Baliani da Silva, diretor de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, e Leonardo Monteiro Rodrigues, secretário adjunto da Semad, ambos representando a secretária; Renilton Ribeiro Coelho, prefeito municipal de Mateus Leme; Paulo Alves da Fonseca, morador do Município de Mateus Leme; Rafael Webert Souza Ferreira, vereador da Câmara Municipal de Igarapé; Adão José da Silva, presidente da Câmara Municipal de Igarapé. Registra-se a presença virtual da Sra. Célia Gonçalves Pereira, cacica Angohó da Aldeia Katurãma de São Joaquim de Bicas. O presidente concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Ione Pinheiro, presidente – Noraldino Júnior – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/3/2025

Às 14h43min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Ricardo Campos e Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 1.161/2019, que institui a Semana Estadual das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, a luta e o importante trabalho desenvolvido pelas defensoras e proceder à entrega de diplomas de votos de congratulações com defensoras de destaque do Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 13.094/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Daniela Tiffany Prado de Carvalho, por sua atuação na promoção e na defesa de direitos humanos no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – DPDH; Maria Guiomar da Cunha Frota, diretora de Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Extensão da

Universidade Federal de Minas Gerais – Proex-UFMG, representando Sandra Regina Goulart Almeida, reitora; Maria Emília da Silva, coordenadora-geral do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e vice-diretora do Instituto DH; Macaé Evaristo, ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania; Neila Maria Batista Afonso, superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Inera; Cida Falabella, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH; Moara Correa Saboia, vereadora da Câmara Municipal de Contagem – CMC; e Denise Pacheco, ouvidora do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. A presidenta, na qualidade de autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A seguir, a presidência registra a presença das homenageadas e procede à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com Macaé Evaristo, ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania; as deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira; as vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, da CMBH; e as Sras Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora de gabinete; Maria Emília da Silva, representando a equipe do Programa de Proteção às Defensoras de Direitos Humanos; Carla Dayane Moreira Dias, moradora do Distrito de Antônio Pereira, do Município de Ouro Preto, e defensora dos direitos dos atingidos por barragens de mineração; Cláudia Márcia Gomes Saraiva, Fernanda Perdigão, Valéria Antônia Silva Carneiro e Maria Aparecida da Silva, moradoras de Brumadinho e defensoras dos direitos dos atingidos por barragens de mineração; Maria das Dores Pereira da Silva, moradora do Município de Januária, e Marinalva Mendes da Rocha, moradora do Município de Itacarambi, defensoras dos direitos dos moradores de territórios quilombola; Marinalva Maria de Jesus, moradora do Município de Esmeralda e defensora dos direitos dos moradores de territórios indígenas; e Rosa Marta de Souza, moradora do Município de Fronteira e defensora dos direitos de reforma agrária. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Bella Gonçalves, presidente – Betão – Andreia de Jesus.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2025

Às 9h44min, comparece à reunião a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Está presente também a deputada Bella Gonçalves. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. Registra-se a presença do deputado Professor Cleiton, presidente da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, fazer um balanço do Carnaval 2025 de Belo Horizonte. Registra-se a presença da deputada Lohanna, membro da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a saída do deputado Professor Cleiton. A presidência registra a presença das Sras. Vânia da Silva Rodrigues, representante do Centro de Apoio ao Trabalho Ambulante – Cata; Hannah Rodrigues Drumond, gerente de Comunicação e Marketing da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, representando Cristiana Miglio Kumaira Pereira, diretora de Comunicação; Kátia Marília Silveira Carneiro, chefe de gabinete da Fundação Clóvis Salgado, representando Leônidas José de Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo; Tainá de Oliveira Babeto, representante e integrante do Bloco Transborda; Juhlia André Santos, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Vilma da Silva Estevam, representante da Cooperativa Solidária de Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste – Coopersol Leste; Adele Fayez Armache, advogada do Instituto Cultural Aurum, representando Edineia de Araújo Barbosa, presidente; Cinara Dreide Xavier Araújo Vieira, representante do Bloco Baticundum, de Pirapora; Cida Falabella, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Izabella Lourença Amorim Romualdo, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Gana Rodrigues Soares, representante do Bloco Truck do Desejo; do Maj. PM Marcelo Martins Bertocchi, subcomandante do 1º Batalhão de Polícia Militar de Belo Horizonte, representando o Cel. PM Gibran Maciel da Silva, comandante de Policiamento

da Capital; e dos Srs. Agostinho Neves, vice-presidente da Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes – Appa –, representando Felipe Xavier Vieira, presidente; Leandro César da Silva, integrante do Bloco Então Brilha e membro do Conselho Estadual de Cultura; Jefferson Monção de Souza, diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, representando Leônidas José de Oliveira, secretário; Lucas Felipe do Nascimento Jupetipe, representante do Bloco Angola Janga; Fidélis Oliveira Alcântara, representante do Bloco Toca Raul; Vitor Roscoe Papini Lagoeiro, representante do Bloco Masterplano; Ricardo de Moura, representante do Bloco Orisamba; e Stefania Marques, Bloco Esperando o Metrô. A presidência concede a palavra à deputada Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Professor Cleiton, presidente – Andréia de Jesus – Leleco Pimentel.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2025

Às 14h35min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Weidson Leles Gomes, por meio do Fale com as Comissões, opinando acerca do Projeto de Lei nº 3.343/202. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.997/2024, no 1º turno (deputada Beatriz Cerqueira), 3.144/2021, 2.114 e 2.402/2024, no 1º turno (deputado Charles Santos), 1.988, no 1º turno, e 2.819/2024, em turno único (deputada Nayara Rocha), 4.053/2022, 347 e 1.526/2023, no 1º turno (deputado Professor Cleiton), 2.924/2024, no 1º turno (deputado Rodrigo Lopes) e 978/2023 e 2.617/2024, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Registra-se a presença da deputada Lohanna e os deputados Antonio Carlos Arantes e Leleco Pimentel. A presidência designa a deputada Beatriz Cerqueira como relatora da visita realizada em 20/3/2025 à Câmara Municipal de Belo Horizonte para acompanhar a audiência pública da Comissão de Mobilidade Urbana, Indústria, Comércio e Serviços (Requerimento de Comissão nº 12.534/2025). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, dos Projetos de Lei nºs 3.213/2024 (relator: deputado Rodrigo Lopes), 3.478/2025 (relatora: deputada Nayara Rocha) e 3.517/2025 (relator: deputado Charles Santos), todos no 1º turno, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.249/2025 (relator: deputado Sargento Rodrigues). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2025.

Adalclever Lopes, presidente – Beatriz Cerqueira.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2025**

Às 15h12min, comparecem à reunião os deputados Leonídio Bouças, Oscar Teixeira, Antonio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Vitório Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.085/2024, no 1º turno (Leonídio Bouças) e Projeto de Lei nº 1.540/2023, no 2º turno (Vitório Júnior). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.212/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a Emenda nº 2 (relator: deputado Roberto Andrade); pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.377/2023 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 1.540/2023 (relator: deputado Vitório Júnior). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 3/4/2025, às 10 horas, com a finalidade de debater as melhorias e demandas referentes ao credenciamento das empresas de vistoria veicular na Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito, na Secretaria de Planejamento e Gestão e na Secretaria de Fazenda, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2025.

Leonídio Bouças, presidente.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025**

Às 9h12min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Lohanna e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Educação (dois ofícios em 14/3/2025); do Ministério da Educação (um ofício em 20/3/2025); e da Controladoria-Geral do Estado (um ofício em 26/3/2025). A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como reladoras as deputadas mencionadas entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.820, em turno único, e 3.041/2024, em turno único (deputada Beatriz Cerqueira); e Projeto de Lei nº 750/2019, no 1º turno (deputada Ione Pinheiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.102/2022 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 4 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Na fase de discussão do parecer da relatora, deputada Beatriz Cerqueira, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.052/2023, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, é aprovado requerimento de adiamento de discussão da deputada Lohanna. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.820/2024 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira), que recebeu parecer por sua aprovação. É convertido em diligência, a requerimento da relatora, deputada Beatriz Cerqueira, o Projeto de Lei nº 3.041/2024, em turno único, ao Centro de Educação

Profissional de Caxambu. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.646 e 9.647/2024, 10.459, 10.481 e 10.579/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.527/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Congregação das Irmãs Franciscanas Penitentes Recoletinas de Oirschot, pelos 99 anos de fundação do Colégio Nazareth, do Município de Araçuaí;

nº 12.577/2025, do deputado Cristiano Silveira, do deputado Adalclever Lopes, do deputado Alencar da Silveira Jr., da deputada Ana Paula Siqueira, da deputada Andréia de Jesus, do deputado Antonio Carlos Arantes, da deputada Beatriz Cerqueira, da deputada Bella Gonçalves, do deputado Betão, do deputado Betinho Pinto Coelho, do deputado Celinho Sintrocel, do deputado Doutor Jean Freire, do deputado Leleco Pimentel, da deputada Leninha, do deputado Lucas Lasmar, da deputada Maria Clara Marra, do deputado Marquinho Lemos, do deputado Professor Cleiton, do deputado Professor Wendel Mesquita, do deputado Roberto Andrade, do deputado Rodrigo Lopes e do deputado Ulysses Gomes, em que requerem seja formulada manifestação de apoio à incorporação do Hospital Risoleta Tolentino Neves à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebsers –, de forma a consolidar, juntamente com o Hospital das Clínicas – HC –, o Complexo Hospitalar da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, pelo potencial da instituição para ampliar as iniciativas de ensino e formação de qualidade de profissionais da saúde;

nº 12.595/2025, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a atualização da Resolução SEE nº 4.256/2020, que institui as diretrizes para a normatização e organização da educação especial na rede estadual de ensino, de forma a estabelecer que cada profissional de apoio escolar seja designado para atender, no máximo, dois alunos com deficiência, garantindo um acompanhamento mais individualizado e eficaz, e permitir que, conforme a necessidade dos alunos, haja a presença de múltiplos profissionais para assegurar o pleno atendimento e a garantia efetiva ao direito à educação;

nº 12.790/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com os mineiros Tim Santos e Eduardo Ferreira dos Santos pela criação de um robô que desfilou na Marquês da Sapucaí, no Rio de Janeiro, em 4/3/2025, no Carnaval;

nº 12.896/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência de convidados para realizar a entrega de diplomas referentes ao voto de congratulações, aprovado em atenção ao Requerimento em Comissão nº 12.100/2025, com os pesquisadores que realizaram o brilhante trabalho de desenvolvimento de um teste rápido nacional para a doença de Chagas, uma colaboração entre a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;

nº 12.897/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca do cronograma de execução das obras para cobertura da quadra da Escola Estadual Professor Antônio José Ribeiro Filho, em Belo Horizonte, explicitando-se a previsão de início e fim dessas obras;

nº 12.921/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a realização de reformas e a construção de cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Professora Delorme de Avellar Muniz, no Município de Ouro Fino, conforme Moção de Apelo nº 7/2025, aprovada pela câmara municipal do referido município, atendendo demanda da comunidade escolar;

nº 12.929/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, para que o governo do Estado apresente soluções definitivas para os problemas dos auxiliares de serviços de educação básica – ASBs – no acesso aos benefícios previdenciários;

nº 12.930/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de ensino da Secretaria de Estado de Educação em Pouso Alegre pedido de informações sobre a suposta atribuição a estudantes da Escola Estadual

Presidente Arthur da Costa e Silva, nesse município, das atividades dos auxiliares de serviços de educação básica – ASBs –, durante a paralisação da categoria ocorrida em 21/3/2025;

nº 12.931/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de ensino da Secretaria de Estado de Educação em Unaí pedido de informações sobre a suposta atribuição a estudantes da Escola Estadual Deputado Eduardo Lucas, do Município de Cabeceira Grande, de atividades dos auxiliares de serviços de educação básica – ASBs –, durante a paralisação da categoria ocorrida em 21/3/2025;

nº 12.932/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de ensino da Secretaria de Estado de Educação em Divinópolis pedido de informações sobre a suposta exigência por parte da direção da Escola Estadual Luiz de Melo Viana Sobrinho, nesse município, para que os auxiliares de serviços de educação básica – ASBs – assinassem documento dando ciência de que teriam o dia descontado dos salários em virtude de adesão à paralisação da categoria ocorrida em 21/3/2025;

nº 12.933/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE-MG – pedido de providências para averiguar as atuais condições de trabalho dos auxiliares de serviços de educação básica – ASBs –, a ausência de pagamento do adicional de insalubridade para esses profissionais e os problemas relacionados à falta de acesso aos benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, conforme denúncias apresentadas durante a audiência pública realizada pela comissão em 21/3/2025;

nº 12.934/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – MPT-MG – pedido de providências para a apuração das denúncias apresentadas durante a audiência pública ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária da Comissão, em 21/3/2025, pelos auxiliares de serviços da educação básica – ASBs – sobre a precariedade das condições de trabalho, a ausência do pagamento do adicional de insalubridade, a sobrecarga de trabalho, a falta de acesso aos benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – por falta do recolhimento da contribuição previdenciária por parte do Estado e outras irregularidades trabalhistas a que estão sujeitos na rede estadual de ensino; e sejam encaminhadas as notas taquigráficas da referida audiência pública ao MPT-MG;

nº 12.935/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas pedido de providências para que seja garantido transporte escolar para todos os alunos da escola estadual de ensino fundamental e médio, conhecida pela comunidade escolar como “Escola Padrão”, em Poços de Caldas, residentes nos Bairros São Bento, Santa Teresa, Tiradentes, Jardins Kennedy I e II, Jardim Contorno e Jardim Paraíso; para que sejam expandidos os itinerários de transporte público coletivo do município, de maneira a atender a esses bairros; e para que haja um reforço da segurança pública no itinerário dos alunos;

nº 12.936/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de ensino em Januária pedido de informações sobre a denúncia de atribuição aos profissionais da educação básica das atividades dos auxiliares de serviços da educação básica – ASBs – na Escola Estadual Moacir Cândido, em Chapada Gaúcha, durante a paralisação desta categoria ocorrida em 21/3/2025;

nº 12.937/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de ensino em Campo Belo pedido de informações sobre a denúncia de atribuição aos professores de apoio da Escola Estadual Maria Bauab Gibram, em Campo Belo, das atividades dos auxiliares de serviços de educação básica – ASBs – durante a paralisação desta categoria ocorrida em 21/3/2025, além da dispensa dos alunos com deficiência das aulas nessa data;

nº 12.970/2025, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o cargo de professor de educação básica – PEB – para atuar na educação especial, conforme o Edital Seplag/SEE nº 3/2023, esclarecendo se os candidatos aprovados no referido cargo podem desempenhar as funções de professor de

apoio e professor em sala de recursos, como é feita a distribuição dessas funções entre os candidatos e se existe algum critério de priorização na distribuição das funções entre os profissionais contratados e concursados;

nº 12.971/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Raposos pedido de providências para que proceda imediatamente à nomeação dos candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital nº 1/2024, considerando-se a homologação do referido concurso, publicada em 10/10/2024, e para que informe à comissão o cronograma de nomeações;

nº 12.978/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para a renovação do mobiliário, especialmente mesas e cadeiras de alunos, da unidade da Uemg em Ibirité ou, não sendo possível de imediato a adoção dessa medida, para a substituição dos móveis que estejam em condições mais críticas;

nº 12.982/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja garantida a entrega imediata dos livros didáticos do ano letivo de 2025 para todos os alunos da Escola Estadual Brighenti Cesare, em São João del-Rei, especialmente a dos livros dos alunos do 6º ano do ensino fundamental;

nº 12.983/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de São João del-Rei pedido de providências para que seja realizado o desmembramento das turmas de 3º e 4º anos do ensino fundamental da Escola Municipal Parada do Giarola, situada em São João del-Rei, em consonância com a previsão disposta no § 3º, do art. 82 da Lei Municipal nº 5.037, de 2014, que determina a extinção das turmas bisseriadas e multisseriadas existentes na rede municipal de ensino;

nº 13.042/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com a *startup* Bicha da Justiça, fundada em 2018 pela advogada Bruna Cristina Santana de Andrade e pela administradora Flávia Maria Santos da Silva e reconhecida como a melhor *startup* do Brasil pelo Startup Show, em 2018, e eleita a Startup do Ano no Prêmio Poc Awards, em 2019, pelos relevantes serviços prestados de assessoria jurídica e educação sobre direitos LGBTQIAPN+ no Brasil, com excepcional desempenho de um papel essencial na garantia de dignidade, inclusão e justiça para esse grupo;

nº 13.058/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância de uma política de valorização salarial e da carreira da educação básica do Estado e para promover o lançamento da campanha salarial de 2025 da categoria;

nº 13.059/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da valorização dos profissionais que integram as carreiras da Lei nº 15.463, de 2005, com atuação no Hospital Universitário da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, nas unidades a ele diretamente subordinadas e na Escola Técnica de Saúde, do Centro de Educação Profissional e Tecnológica;

nº 13.060/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma e a perspectiva de contratação de servidores para os cargos das carreiras previstas na Lei nº 15.463, de 2005, que atuam no Hospital Universitário Clemente Faria – HU-Unimontes –, nas unidades a ele diretamente subordinadas e na Escola Técnica de Saúde, do Centro de Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que os contratos estão previstos para se encerrarem em setembro de 2025; a existência ou não de previsão ou planejamento para realização de concurso público para as carreiras da Lei nº 15.463, de 2005, com atuação no HU-Unimontes, nas unidades a ele diretamente subordinadas e na Escola Técnica de Saúde, do Centro de Educação Profissional e Tecnológica; em caso positivo, a previsão de vagas no edital para cada cargo e local de lotação; a previsão para a incorporação do abono previsto no art. 4º da Lei nº 21.726, de 2015; e a previsão para a incorporação da gratificação complementar a que se refere o art. 4º da Lei nº 20.518, de 2012;

nº 13.061/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para que seja regularizada a situação funcional dos servidores da universidade que foram

contratados em 2025, de modo que o valor do vencimento básico seja estipulado de acordo com a titulação apresentada pelo servidor contratado, conforme garante o § 3º do art. 9º da Lei nº 24.805, de 2024, e para que seja realizado o pagamento das diferenças salariais devidas a esses servidores;

nº 13.065/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Pavão pedido de providências para que sejam tomadas as medidas necessárias à reforma da ponte que dá acesso à Escola Estadual Benjamim da Cunha, no Município de Pavão;

nº 13.077/2025, do deputado Luizinho, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas – Fepesmig –, entidade mantenedora do Grupo Unis, por seus 60 anos de trajetória dedicada à educação e à pesquisa;

nº 13.105/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para promover o lançamento do projeto Crescer Juntos: creches e oportunidades, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa à Educação – CAO-Educ –, do Ministério Público do Estado, que tem o objetivo de garantir o cumprimento do direito constitucional à educação infantil de crianças de até 3 anos e o acesso dessas crianças a um ambiente seguro e educativo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna – Professor Cleiton.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 16h13min, comparece à reunião a deputada Lohanna, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Lohanna, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, no âmbito do programa Restaura Minas 2, destinado a ações de restauro em edificações mineiras, os critérios definidos para a escolha das edificações a serem beneficiadas, bem como a utilização, no referido programa, de recursos provenientes do Fundo Estadual de Cultura – FEC –, além da participação do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec-MG – na discussão dessas iniciativas. Registra-se a presença da deputada Andréia de Jesus, vice-presidenta da comissão, a qual abre mão da presidência da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Andressa Iza Gonçalves, produtora cultural e membro do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais – Consec – na cadeira de Museus; Marcela de Queiroz Bertelli, antropóloga e produtora cultural; Aline Cântia Correa Miguel, gestora cultural, doutora em educação e presidente do Instituto Cultural AbraPalavra; e os Srs. Pedro Márcio Nascimento Pizelli, historiador, musicista, conselheiro estadual de Política Cultural na cadeira de Entidades Sociais e Culturais do Consec e membro do Sindicato dos Músicos de Minas Gerais; Marcelo Victor Mendes Bones, artista e gestor cultural; Leandro César da Silva, músico e conselheiro do Consec; e Lucas Sidrach, membro do movimento Vida Além do Trabalho em Minas Gerais e gestor de projetos de culturais. A presidenta e autora do requerimento que deu origem ao debate, deputada Lohanna, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Leleco Pimentel. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.205/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada audiência de convidados, para a qual seja convocado o secretário de Estado de Cultura e Turismo, para debater a destinação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC –, em 2025 e 2026, a disponibilização integral do saldo financeiro do referido fundo e a criação de uma sistemática mais democrática e transparente para os editais de fomento;

nº 13.209/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações acerca das iniciativas que estão sendo tomadas por essa secretaria para o financiamento da cultura a partir da plena vigência da reforma tributária, que prevê a extinção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

nº 13.210/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que seja criada uma nova sistemática de custeio para as ações de restauração do patrimônio cultural, que seja abrangente, democrática e que articule as etapas de identificação dos bens culturais em risco, a elaboração de projetos de restauração e a obtenção de recursos a serem investidos na restauração arquitetônica e de todos os elementos integrados, com a participação das comunidades interessadas;

nº 13.211/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que os recursos dos editais do Fundo Estadual de Cultura – FEC – sejam destinados também às organizações da sociedade civil – OSCs –, como ocorria até o ano de 2019;

nº 13.212/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os instrumentos de gestão que estão sendo adotados para compatibilizar as exigências de acesso aos recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC – com a finalidade de desconcentração e descentralização da aplicação desses recursos, considerando grupos populares, periféricos e tradicionais, inclusive os grupos culturais e comunidades atingidos pela mineração; a existência ou não de uma estratégia formal para democratização e desburocratização do formato dos editais do FEC nos termos do novo Marco Regulatório do Fomento à Cultura – Lei Federal nº 14.903, de 2024 –, e, não havendo, que sejam informadas razões;

nº 13.213/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os programas e ações no âmbito do Estado que preveem investimento direto na salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, bem como da memória das lideranças, dos detentores dessa cultura e das comunidades em que se manifestam;

nº 13.214/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca da não disponibilização, até o momento, da totalidade do saldo acumulado do Fundo Estadual de Cultura – FEC – para o fomento à cultura;

nº 13.215/2025, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o Fundo Estadual de Cultura – FEC – consubstanciadas em cronograma de desembolso do FEC para 2025, discriminando-se os valores, considerando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – excluiu da base de recursos contingenciáveis os valores aportados ao FEC, nos termos dos arts. 34 e 40 da Lei nº 24.462, de 2023; o extrato completo do FEC, desde 2015, detalhando-se, anualmente, as 22 fontes que o compõem, e explicitando-se as razões para a não apresentação nem discussão, no âmbito do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais – Consec-MG –, da programação da destinação da totalidade do saldo acumulado do FEC, e os motivos de esse saldo não ter sido completamente disponibilizado; as justificativas para a destinação de quase o total dos recursos do FEC, em 2025, para o

Restaura Minas 2, os critérios de escolha dos locais em que serão aplicados e as razões para que as demais áreas e segmentos culturais ficassem desassistidos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2025.

Professor Cleiton, presidente – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Mauro Tramonte.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/4/2025

Às 10h12min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a cobrar do governo do Estado o pagamento do reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional do ano de 2025 para os profissionais da educação básica do Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 13.204/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a crítica situação dos servidores públicos do Estado que estão recebendo salário inferior ao valor do salário mínimo nacional vigente, em especial os servidores da educação básica. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Tatiana Barbosa de Paula Cruz, diretora de Assuntos Jurídicos e Legislação da Associação Mineira de Inspectores Escolares – Amie –, representando a presidenta da Amie; Raquel Bernardo dos Santos Lacerda, presidenta do Sindicato dos Especialistas em Educação Básica – Sindespe-MG – e especialista em educação básica no Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec; e Maria Aparecida Muniz Jorge, superintendente central de Política de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando a secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e os Srs. Luiz Fernando de Souza Oliveira, coordenador do Departamento Jurídico e Assuntos Legislativos do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG –, representando a coordenadora-geral do Sind-UTE-MG; e Lucas Figueiredo Nicolau, assessor de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, representando o secretário de Estado de Educação. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.157/2024****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Ulysses Gomes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Esporte Clube Piranguçu, com sede no Município de Piranguçu.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Esporte Clube Piranguçu, com sede no Município de Piranguçu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a democratização do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover eventos esportivos, realizar campanhas educativas, organizar palestras em escolas, priorizar a educação, contribuir para o desenvolvimento social e facilitar a inserção dos associados no mercado de trabalho.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Esporte Clube Piranguçu, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.157/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2025.

Vitório Júnior, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/4/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 7/4/2025, Bruna Arielle Michette Silva, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

exonerando Daniel Henrique de Souza dos Santos, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

exonerando Pedro Cesar Hummel dos Santos Guimarães Fonseca, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputada Chiara Biondini;

exonerando, a partir de 7/4/2025, Pio Adrian Souza Meier, padrão VL-33, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini;

exonerando, a partir de 7/4/2025, Samuel Vitor dos Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Amanda Teixeira Dias;

nomeando Andrew Jones Rodrigues de Macedo, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Augusto Lourenço Barbosa, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

nomeando Eder Queiroz Araújo, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Leite;

nomeando Lya Raquel Mercaldi Rodrigues, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputado Elismar Prado;

nomeando Metícia Mara Faria de Souza, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Enes Cândido;

nomeando Selma da Silva Rodrigues, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram.

PROCESSO SELETIVO Nº 1/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – torna público que o edital do processo seletivo em epígrafe, que tem como objeto a seleção pública de entidade fechada de previdência complementar – EFPC – para prestação de serviço de gestão de plano de benefícios para os parlamentares da ALMG, sofreu retificações e que a sessão pública para abertura das propostas foi adiada para o dia 16/4/2025, às 10 horas.

O edital se encontra à disposição dos interessados no *site* www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 4 de abril de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 61/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/4/2025, às 15 horas, concorrência do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa de engenharia para realização de obra para implantação de restaurante escola gastronômica do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial MG – Senac MG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 4 de abril de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CREDENCIAMENTO MÉDICO Nº 1/2025

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Unicooper – Cooperativa de Médicos. Objeto: prestação de serviços de assistência médica aos deputados e aos respectivos dependentes regularmente inscritos, na Região

Metropolitana de Belo Horizonte, por meio de plano de autogestão, com cobertura de procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e atendimentos de urgência e emergência listados nos planos ambulatorial, hospitalar e hospitalar com obstetrícia, previstos nos regulamentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS – e do Conselho Nacional de Saúde Suplementar – Consu – que tratam da matéria. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – até 19/6/2034, termo final de validade do Edital de Credenciamento nº 1/2024, conforme o item 9.5.3 do respectivo edital. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 74. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90(10.1).

TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 4/2025

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, instituição de ensino mantida pela Sociedade Mineira de Cultura. Objeto: cooperação na realização de estágios, com vistas a propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem de estudantes de nível superior. Vigência: 5 anos, a partir da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 24/2025

Número no Siad: 9324230-4

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Buzzmonitor Tecnologia Ltda. Objeto do contrato: aquisição de licença de *software* para gestão e monitoramento dos perfis institucionais em redes sociais. Objeto do aditamento: terceira prorrogação da vigência contratual, com reajuste de preços. Vigência: de 28/4/2025 a 27/4/2026, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 28/2025

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Segunda convenente: Polícia Militar de Minas Gerais. Objeto do contrato: cessão de policiais militares à ALMG, para prestar apoio às atividades institucionais de competência da Presidência e para atender à garantia de segurança de deputado ameaçado. Objeto do aditamento: aumento da remuneração dos prestantes, por força de promoção de dois policiais militares, e atualização dos valores de auxílio alimentação e auxílio transporte conforme previsão no art. 4º, I, da Deliberação da Mesa nº 2.585, de 2014. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos retroativos, nos termos previstos nas cláusulas 1 e 2 deste instrumento, e final da vigência em 29/2/2028. Dotações orçamentárias: 1011.01.031.729.4239.0001.3.1.90(10.1) e 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90(10.7).